

PSD  09
ELEIÇÕES

A NOSSA ANÁLISE E OS NOSSOS PRINCÍPIOS

ÍNDICE

Nota Prévia - Manuela Ferreira Leite	pág. 2
1. Uma política de verdade	pág. 3
2. Portugal: Mais de quatro anos de oportunidades perdidas	pág. 9
3. A alternativa que representamos	pág. 22
3.1. A pessoa humana como referência primeira	pág. 23
3.2. Olhar para o Estado a partir da sociedade	pág. 26
3.3. O reformismo como método de acção governativa	pág. 30
4. Um Portugal ambicioso	pág. 38

Nota Prévia

Dentro em breve, o PSD apresentará aos Portugueses o seu programa eleitoral. Um programa que será, necessariamente, uma decorrência da afirmação dos valores pelos quais nos guiamos e dos princípios pelos quais nos batemos.

Não podemos esquecer que as próximas eleições serão, em simultâneo, uma avaliação sobre o passado e um juízo sobre o futuro. Uma avaliação daquela que foi a acção dos agentes políticos a começar, evidentemente, pelo Governo e pelo partido que o sustenta parlamentarmente. Um juízo sobre aquilo que as diferentes forças políticas têm a apresentar aos Portugueses.

A elaboração do Programa foi antecedida de ampla audição dos diferentes sectores sociais, numa reflexão sobre o que mais preocupa os portugueses para o futuro mas também sobre os erros cometidos pelo Partido Socialista ao longo deste mandato de quatro anos e meio.

É que, se o julgamento eleitoral é, por vezes, afectivo – porque influenciado pelas preferências pessoais de cada um -, tem sobretudo de ser racional, isto é, resultar de uma avaliação fundada em elementos objectivos. E, há que dizê-lo, o Partido Socialista e a sua gigantesca máquina de propaganda continuam a tudo fazer no sentido de dissimular a realidade e de fugir às graves responsabilidades que só a ele podem ser imputadas. Uma estratégia que assume agora, subtilmente, novas formas, com a ilusória multiplicação de novas promessas. Como se os socialistas não pudessem – e devessem – ter feito já aquilo que agora proclamam como propósitos para a nova legislatura.

Além disso, a campanha eleitoral é sem dúvida o momento para a reafirmação clara das dissemelhanças doutrinárias entre as duas forças políticas que, entre nós, representam, por vontade dos Portugueses, a alternância de Governo.

O programa eleitoral e o debate de ideias evidenciarão quanto os projectos políticos de ambos os partidos se afastam substancialmente e como é distinta a ideia de sociedade para que apontamos. Esta clara separação de águas é condição de transparência democrática.

O texto que se segue procura não só documentar com verdade os erros e os enormes equívocos da governação socialista, mas também reafirmar a diferença nos valores e nos princípios que sustentarão a nossa governação se, como acreditamos, merecermos a confiança dos Portugueses.

Manuela Ferreira Leite

1. UMA POLÍTICA DE VERDADE

Portugal vive um dos momentos mais difíceis da sua história recente. A crise com que nos deparamos, e que não é apenas financeira, económica e social – o que seria, por si só, extraordinariamente preocupante –, mas também de valores, de atitudes e de comportamentos, veio colocar-nos, enquanto comunidade, perante um conjunto de obstáculos de especial gravidade.

A consciência da dimensão dos nossos problemas não deve, porém, constituir um elemento de desânimo ou de desistência. E isso porque nunca é demais lembrar que uma crise – qualquer crise – ao envolver riscos e incertezas, suscita também oportunidades. Se apresenta dificuldades, configura-se igualmente como uma ocasião para explorar novas hipóteses. Se significa o fim de um percurso, representa a possibilidade de escolher novos e distintos percursos que substituam aqueles que se esgotaram.

“nunca é demais
lembrar que qualquer
crise, ao envolver riscos
e incertezas, suscita
também oportunidades”

Ao longo da sua história multissecular, o nosso País viu-se frequentemente a braços com desafios gravosos, e muito deles de contornos bem mais complexos. Atravessámos períodos muito mais delicados, mas soubemos lutar contra a adversidade. Mau grado a sua magnitude, vencemos esses perigos, um por um. Demonstrámos até especial aptidão para explorar recursos de capacidade, de trabalho e de inventiva anteriormente mal aproveitados ou, mesmo, ignorados. Pode dizer-se, inclusive, que foi sempre nessas circunstâncias de maior angústia que, enquanto colectividade, revelámos o que de melhor há em nós e construímos a imagem de um dos povos mais marcantes na história da Humanidade. E, uma vez mais, nos dias de hoje, temos de ser capazes de o fazer e de ser dignos do património que os nossos antepassados nos legaram.

Mas atenção: isso só ocorrerá se verdadeiramente o quisermos.

Partir para o combate dirigido aos obstáculos que entram no nosso desenvolvimento e que, nos últimos tempos, nos têm feito atrasar face aos nossos competidores mais directos, pressupõe que estejamos disponíveis para compreender o que tem corrido mal e porquê. Trata-se de uma condição essencial,

“Falar verdade aos Portugueses, (...) é o elemento essencial da relação de confiança que soubemos construir e manter com os nossos concidadãos. De resto, é precisamente por aí que o PSD começa a marcar a diferença, nomeadamente em relação ao Partido Socialista.”

pois só se tivermos essa vontade e esse querer poderemos inverter o caminho descendente em que os erros sucessivos de má governação nos lançaram. E, precisamente porque essa ideia se afigura como central, foi definido como lema director da acção política do PSD a expressão “Política de Verdade”.

É certo que, no nosso caso, essa atitude não configura, em si mesma, uma novidade. Falar verdade aos Portugueses, e agir com respeito por esse princípio, faz parte da nossa própria identidade genética, da nossa maneira distinta de ser, do nosso modo peculiar de estar. É o elemento essencial da relação de confiança que soubemos construir e manter com os nossos concidadãos. Uma verticalidade de comportamento que queremos conservar, seja quando nos cabe a responsabilidade de governar, seja quando nos compete a tarefa, não menos digna, de conduzir a oposição.

De resto, é precisamente por aí que o PSD começa a marcar a diferença, nomeadamente em relação ao Partido Socialista. É que enquanto nós enveredamos por uma postura de verticalidade e de transparência, não perdendo nunca o sentido do interesse nacional, nem iludindo os problemas quando eles existem, ou a sua real dimensão, os socialistas têm preferido a demagogia, a opacidade e o engano. Têm optado por esconder, por iludir, por fazer de conta, Têm privilegiado uma lógica de promessas que sabem, logo no momento em que são feitas, que não vão nunca poder cumprir. E, o que mais impressiona, é que o fazem sem vergonha, desdizendo hoje, sem sequer pestanejar, aquilo que, com solenidade, afirmaram ontem.

Trata-se, há que dizê-lo, de uma atitude que não é apenas visível entre nós, pois vem fazendo o seu caminho, na política, um pouco por todo o lado, mas em Portugal, transformou-se em regra no actual ciclo político. Uma atitude que, além do mais, vem contribuindo activamente para o fortalecimento de forças políticas mais radicais que capitalizam, com um discurso político habilidoso e demagógico, o descontentamento que tal desrespeito pelos padrões de ética mínimos revela. Forças que são, ao mesmo tempo, incapazes de apresentar alternativas políticas coerentes, sólidas e exequíveis.

No decurso da actual legislatura, esta postura com elevado grau de censurabilidade acentuou-se, atingindo níveis jamais registados. Os exemplos que o comprovam são, aliás,

múltiplos: a encenação do défice orçamental, a questão das taxas moderadoras na saúde, o tema das portagens nas SCUT ou o lamentável folhetim do novo Aeroporto de Lisboa, demonstram-no à saciedade. Mas, por se afigurar como exemplo especialmente demonstrativo da maneira socialista de estar na política, vale a pena atentar, com algum detalhe, na forma como lidaram com a presente crise económica e financeira.

Primeiro, num esforço irresponsável para negar o óbvio, puseram em causa a existência da própria crise. Depois, repetiram à exaustão que os efeitos dela não nos viriam a afectar e que, conseqüentemente, Portugal resistiria melhor do que os outros e não entraria em recessão. Por fim, e quando a realidade dos factos não podia mais ser desmentida, passaram da negação à desvalorização. E, a partir de então, começou a assistir-se a nova tentativa sistemática de mistificar os Portugueses, desta feita quanto à dimensão real da crise e aos reflexos que teria no nosso País e, em especial, sobre a nossa economia.

É importante, nessa medida, recordar o que têm sido os números apresentados pelo Governo e constatar a gritante disparidade que apresentaram, e continuam a apresentar, com os dados avançados por prestigiadas instituições nacionais e internacionais.

“Primeiro, num esforço irresponsável para negar o óbvio, puseram em causa a existência da própria crise.

Depois, repetiram à exaustão que os efeitos dela não nos viriam a afectar e que Portugal não entraria em recessão.”

	Outubro de 2008			Janeiro de 2009		Maio de 2009		
	GOVERNO	COMISSÃO EUROPEIA	BANCO DE PORTUGAL	GOVERNO	COMISSÃO EUROPEIA	GOVERNO	COMISSÃO EUROPEIA	FMI
PIB	0,60%	0,10%	-0,80%	-0,80%	-1,60%	-3,40%	-3,70%	-4,10%
Desemprego	7,60%	7,90%	-	8,50%	8,80%	8,80%	9,10%	9,60%
Investimento	1,50%	-2,70%	-0,30%	-0,90%	-5,50%	-	-	-
Consumo Privado	0,80%	0,10%	0,60%	0,40%	-0,20%	-	-	-

Quando, em Outubro de 2008, entregou na Assembleia da República a proposta inicial de Orçamento para 2009, o Governo previa, para o ano corrente, 0,6% de crescimento do PIB, de 0,8% do consumo privado e de 1,5% do investimento. A taxa de desemprego permaneceria intocada nos mesmos 7,6%.

Na mesma altura, nas suas previsões do Outono, a Comissão Europeia mencionava, para 2009, um crescimento do PIB e do consumo privado de apenas 0,1%, do investimento de -2,7%,

situando-se a taxa de desemprego nos 7,9%.

“O Governo não se limitou a errar. (...) Enveredou, convicta e voluntariamente, por uma política de embustes.”

Por seu lado, no Boletim Económico do Outono, o banco central nacional projectava, para 2009, -0,8% para o crescimento do PIB, -0,3% para o investimento e 0,6% para o consumo privado.

Em Janeiro de 2009, o Governo avançou com a proposta de orçamento suplementar. E nela falava, para 2009, num crescimento de -0,8% para o PIB, de -0,9% para o investimento, e de 0,4% para o consumo privado, com o desemprego a fixar-se nos 8,5%.

Nas previsões intercalares, também tornadas públicas em Janeiro deste ano, a Comissão Europeia referia, no que toca às contas de 2009, um crescimento de -1,6%, de -0,2%, e de -5,5%, respectivamente, para o PIB, o consumo privado e o investimento, avançando também com o número de 8,8% para o desemprego.

E, sem pretender ser-se exaustivo nos números, atente-se, ainda, que na revisão feita em Maio deste ano, o Governo fala em -3,4% de crescimento do PIB, quando a Comissão Europeia já refere -3,7% e o FMI -4,1% e que, no que toca ao desemprego, o Governo se fixa nos 8,8%, enquanto a Comissão Europeia menciona 9,1% e o FMI 9,6%.

“É que faltar à verdade, esconder a realidade concreta dos factos significa hipotecar as hipóteses de vencer as dificuldades (...).”

É claro que previsões são isso mesmo – uma antecipação, tecnicamente fundada, de resultados prováveis. E que, por isso, elas apresentam sempre graus diferenciados de falibilidade, tornando-se além disso mais difíceis de fazer em momentos de especial instabilidade económica. Assim sendo, o Governo não poderia ser responsabilizado por apenas se enganar nos números que apresentou, até porque o mesmo sucedeu, aliás, com outras entidades.

Só que o ponto não é, aqui, esse. O Governo não se limitou a errar. Optou, assumidamente, por desvalorizar os sinais de alarme e a gravidade da situação, como a análise comparativa deixa bem patente. Em vez de falar, olhos nos olhos, com os Portugueses, pretendeu, num esforço a todos os títulos censurável, fazer das coisas aquilo que elas não eram e que não poderiam nunca ser. Enveredou, convicta e voluntariamente, por uma política de embustes. Em suma, um comportamento incompreensível e inaceitável que, aliás, só contribuiu para tornar tudo mais difícil, colocando o País, de forma abrupta, perante uma situação para a

qual o Governo o não havia minimamente preparado ou, sequer, alertado.

Este não é, de modo algum, o caminho que o PSD quer trilhar. Por nós, e tal como sempre o fizemos, continuamos e continuaremos a repudiar, com veemência, essa tendência para esconder, para dissimular, para mentir. Porque o consideramos, a todos os títulos, censurável e condenável. Porque enganar os cidadãos constitui, sem dúvida, o maior pecado capital que qualquer político pode cometer. Porque assim se adultera, no seu âmago mais íntimo, a própria ideia subjacente à noção de representação política.

Mas isso não é tudo. É que faltar à verdade, esconder a realidade concreta dos factos, por mais delicada que ela seja, significa igualmente hipotecar, a cada dia que passa, as hipóteses de vencer as dificuldades que nos assolam. De facto, não se pode apelar à mobilização das capacidades criativas e de trabalho dos Portugueses se se lhes oculta a delicadeza da situação e se se lhes indica que o momento em que todos os nossos problemas estarão solucionados se apresenta como muito próximo. Nem muito menos é sério passar o tempo a pedir esforços e a impor sacrifícios se, de cada vez que isso é feito, o ponto a que se chega não corresponde, em nada, ao que foi garantido.

Também a esta lógica de actuação política tem que ser posto um ponto final. Não é possível, por mais tempo, exigir, exigir, exigir, e depois não corresponder com resultados que justifiquem aquilo que se impôs. E não o fazer, ainda para mais, por responsabilidade primeira de políticos incompetentes ou incapazes.

Com o PSD, esse círculo vicioso pode e vai ser quebrado. Esse é um compromisso que assumimos. Afirmamo-lo sem receios nem hesitações, seguros que estamos da alternativa que propomos, do caminho que queremos seguir e dos resultados que é possível alcançar.

A política só faz sentido se se basear num contrato de confiança entre os representantes e quem os escolheu. Um contrato em que aos cidadãos é solicitado que aceitem, se disso for caso, o cumprimento de medidas exigentes em ordem a atingir, de forma sustentada, os objectivos que assegurem a realização do bem comum; mas em que aos titulares de cargos políticos se exige que se obriguem à sua realização, sem se esconderem, uma e outra vez, por detrás de novas dificuldades e de novos obstáculos, e

“Não se pode apelar à mobilização das capacidades criativas e de trabalho dos Portugueses se se lhes oculta a delicadeza da situação.”

“A política só faz sentido se se basear num contrato de confiança entre os representantes e quem os escolheu.”

“Só desse modo se poderá repor a confiança perdida na política e nos políticos, (...) retomar o caminho da dignificação das instituições do Estado e dos partidos(...); fazer de Portugal um País com elevados padrões de desenvolvimento(...) em linha com aquilo que são as suas justas, e ainda não realizadas, aspirações.”

“Sabemos aquilo que os Portugueses esperam e exigem dos políticos. E os Portugueses podem estar seguros que não os atraíçaremos nem os desiludiremos.”

sem que, ao mesmo tempo, invoquem sistematicamente factos alheios como justificação para as suas próprias insuficiências.

Só desse modo se poderá repor, progressivamente, a confiança perdida na política e nos políticos. Só por essa via conseguiremos retomar o caminho da dignificação das instituições do Estado e dos partidos. Só assim se conseguirá concretizar aquilo que, é nossa convicção, está plenamente ao alcance da comunidade nacional: inverter o plano inclinado em que a governação socialista nos tem lançado; assegurar o progresso estável; fazer de Portugal um País com elevados padrões de desenvolvimento; e garantir aos Portugueses um nível de vida que esteja em linha com aquilo que são as suas justas, e ainda não realizadas, aspirações.

Sabemos que há um outro caminho. E sabemos aquilo que, nestes tempos especialmente difíceis, os Portugueses esperam e exigem dos políticos. E as evoluções políticas mais recentes, com especial destaque para os resultados registados nas eleições para o Parlamento Europeu, dão-nos o conforto de ver reconhecida a razão que nos assiste. Por nós, não nos desviaremos, um milímetro que seja, do rumo que traçámos. Continuaremos determinados na orientação que delineámos. E os Portugueses podem estar seguros que não os atraíçaremos nem os desiludiremos.

2. PORTUGAL: MAIS DE QUATRO ANOS DE OPORTUNIDADES PERDIDAS

Ao longo dos últimos meses, o Governo e o Partido Socialista têm-se afadigado em explicar que a delicadeza da actual situação se deve, apenas e tão só, às consequências internas da crise que atinge o Mundo. A eles, nada de negativo poderia ser apontado, pois que em todos os momentos em que decidiram, e em todas as medidas que anunciaram, enveredaram pelo caminho correcto(!) E esta leitura não decorre apenas da nossa interpretação. Foi especialmente visível na noite da sua derrota nas eleições para o Parlamento Europeu, quando ouvimos da boca dos mais altos responsáveis do Partido Socialista e, inclusive, do seu Secretário-Geral, o firme propósito de manter intocado o rumo insensato que têm imposto ao País.

Infelizmente, porém, todos sabemos – incluindo o Governo e o partido que o apoia – que as coisas não se configuram dessa forma. Não pode negar-se, evidentemente, que uma economia aberta e de pequena dimensão, como é a portuguesa, sempre teria de ser afectada pela onda de choque que varre a economia mundial. Essa é uma evidência que não carecia sequer ser afirmada. Mas, ao mesmo tempo, há que reconhecer que, quanto maiores são os riscos, maior deverá ser a capacidade para lhes resistir, e maior deverá ser o cuidado em criar as condições para nos resguardar.

Ora, como qualquer observador objectivo poderá reconhecer, foi precisamente o inverso disso que ocorreu entre nós. Em vez de se decidir, apregooou-se. Em vez de se optar, fingiu-se. Em vez de se agir com determinação, mascarou-se a realidade. Perdeu-se mais tempo e despendeu-se mais energia e esforços em anunciar resultados que ninguém viu e ninguém sente, do que aquele que seria gasto na resolução dos mesmos. E é acima de tudo por isso que o nosso País está hoje como está.

Bom indicador desse facto é, aliás, o estudo recentemente divulgado pelo Eurostat e que dá conta que Portugal é, na Zona Euro, o segundo país com mais elevada taxa de destruição de emprego, tendo registado, no 1.º semestre de 2009, uma variação homóloga de -1,6%. Na Zona Euro, apenas a Espanha, que tem de resto um crónico problema neste domínio, nos

“Em vez de se decidir,
apregooou-se.
Em vez de se optar,
fingiu-se.
Em vez de se agir
com determinação,
mascarou-se a realidade.

Perdeu-se mais tempo
e despendeu-se mais
energia e esforços em
anunciar resultados que
ninguém viu e ninguém
sente, do que aquele que
seria gasto na resolução
dos mesmos.”

– Contas Públicas

“Chegou-se ao ponto de, com a colaboração do Banco de Portugal, inventar um défice orçamental que desse ao Governo uma ampla margem de manobra e de justificação.”

“Impuseram-se sacrifícios. Proclamaram-se reformas. Puseram-se em causa direitos e legítimas expectativas dos cidadãos. Apesar de tudo isso, a degradação das contas públicas acentuou-se.”

– Política Económica

ultrapassa. E há, aliás, vários Estados que registam variações homólogas positivas, como sucede com a Alemanha, a Bélgica, a Eslovénia ou a Noruega. E outro dado bem demonstrativo prende-se com a alteração do rating da República Portuguesa a que procederam as principais agências internacionais e que se registou bem antes da presente crise.

Todos recordamos que o reequilíbrio das contas públicas e o retomar da convergência com os nossos parceiros europeus foram assumidos pelo Partido Socialista como desígnios estratégicos em matéria de política financeira e económica.

No que à primeira questão respeita, tudo foi sacrificado e justificado em função da necessidade de atingir o equilíbrio orçamental. Chegou-se ao ponto de, com a colaboração do Banco de Portugal, inventar um défice orçamental que desse ao Governo uma ampla margem de manobra e de justificação. Impuseram-se sacrifícios. Proclamaram-se reformas. Puseram-se em causa direitos e legítimas expectativas dos cidadãos. Apesar de tudo isso, a degradação das contas públicas acentuou-se. E, como o reconhecem economistas da própria área socialista, a trajectória de correcção do défice – se é que alguma vez existiu realmente – há muito que foi interrompida. E, insista-se, muito antes de a actual crise internacional estar, sequer, anunciada.

No que à política económica concerne, igualmente se prometeram mundos e fundos. Numa demonstração de pura propaganda, anunciou-se que a chave para ultrapassar as nossas dificuldades estava num Plano Tecnológico. Não se sendo capaz de entender uma coisa de linear simplicidade: que Portugal não poderá vencer os desafios que a “nova” economia coloca, quando não foi ainda capaz de ultrapassar os constrangimentos que afectaram - e afectam – o desempenho da “velha” economia. De toda essa propalada determinação resta, sobretudo, o “Magalhães” – o qual, na substância, tem uma relevância que, quanto muito, não vai para além do marginal – e a que este Governo se agarra tal qual um naufrago abraça a sua bóia de salvação. Pouca coisa, convenhamos, para tanto anúncio.

Incapaz de entender qual é a verdadeira índole dos problemas que nos fazem, progressivamente, perder terreno face aos nossos competidores, este Executivo apostou numa estratégia errada de canalização de recursos para projectos megalómanos, como é o caso do TGV, da terceira travessia do Tejo, ou de

mais auto-estradas, que não apresentam rentabilidade ou justificação económica, mas apenas contribuem para agravar os desequilíbrios da nossa economia e a sua dependência face ao exterior. E, como se tal não bastasse, no cenário da presente crise, o Governo insistiu, numa atitude tipicamente socialista, em apregoar o lançamento de mais e mais euros sobre os problemas ou a criação de adicionais linhas de crédito, conduzindo a situações em que muitas vezes, em vez de se contribuir para a sua resolução se está antes a trabalhar, objectivamente, para a respectiva deterioração. Anúncios que, de resto, deixam quase tudo o que é relevante na opacidade: os montantes exactos que envolvem, os critérios de racionalidade a utilizar na atribuição dos auxílios, os reais efeitos que se antecipa sobre as empresas ou as respectivas consequências orçamentais, no endividamento e na situação financeira do País.

É manifesto que a nossa economia não estava preparada, por incúria governativa, para resistir a uma situação com os contornos da actual. E a actuação do Partido Socialista apenas contribuiu, e muito, para o agravamento dos desequilíbrios macroeconómicos que ainda perduravam. Como consequência disso, Portugal foi conduzido a uma situação de fragilidade económica e financeira como não há memória, e que nos deixa, qual navio sem motores, no meio de uma tempestade devastadora. Ora, se o Governo não tem culpa da tempestade, é sua a inteira responsabilidade por não ter equipado e preparado a embarcação para resistir a um mar especialmente encapelado e em não ter considerado, como devia, os múltiplos avisos à navegação.

Contudo, não é tanto a incapacidade, o desmazelo ou a incompetência deste Executivo que nos deve surpreender. É, sobretudo, a dimensão das mesmas. Com efeito, nunca é demais lembrar que, desde Outubro de 1995 até hoje – isto é, durante cerca de catorze anos – o Partido Socialista teve a responsabilidade da direcção do Executivo por mais de onze anos. O PSD, pelo seu lado, assumiu tarefas desse teor por menos de três anos. Afigura-se, pois, como por demais evidente, que não há atenuantes nem álibis para os socialistas. A culpa dos nossos problemas tem rostos e tem nomes. E todos sabemos quais são. E, no momento adequado, o julgamento dos portugueses não deixará de ser feito, penalizando aqueles que nos estão a condenar ao atraso endémico e à progressiva irrelevância no concerto global das nações.

– Política Económica

“desde Outubro de 1995 até hoje, o Partido Socialista teve a responsabilidade da direcção do Executivo por mais de onze anos. Não há atenuantes nem álibis para os socialistas.”

Porque o Governo insiste, ainda agora, em querer esconder a verdade dos factos, mesmo quando ela se torna cada vez mais indifereçável, vale a pena retomar os números que espelham a nossa realidade e que são, na sua imensa frieza, especialmente reveladores.

– o PIB

Se, para não irmos mais atrás, nos situarmos em dados relativos aos quatro últimos anos, constatamos, desde logo, que o nível de vida dos portugueses se deteriorou significativamente face à média europeia, tendo passado de 76,9% em 2005, para 75,5% em 2008. Entre 2004 e 2008, o défice externo subiu de 6,1% do PIB para 10,5%. Por seu lado, o endividamento externo disparou de 64% do PIB para uns inacreditáveis 97,2%. O endividamento das famílias e das empresas, esse cresceu, respectivamente, de 80% para 96% do PIB e de 116% para 140% do PIB.

No mesmo período, a produtividade do trabalho praticamente estagnou face à média europeia – passou de 67% para 70,6%, continuando muito aquém do que seria indispensável. O défice público, que atingia 3,4% do PIB em 2004, foi reduzido para 2,6 % em 2008 – ainda assim, acima do valor projectado pelo Governo, que era de 2,2%. Mas foi-o à custa do recurso a receitas extraordinárias (as tais que os socialistas no passado tanto criticaram e a que juraram nunca ir recorrer), que representam cerca de 1800 milhões de euros, isto é, à volta de 1,1% do PIB. E isto para já não falar da quebra do investimento público e do aumento da carga fiscal, que passou de 33,8% para 37,5% do PIB, colocando assim uma pressão crescentemente insuportável sobre as empresas e as famílias.

Em contrapartida, porém, a despesa pública corrente, em percentagem do PIB, passou de 42 % para 43,2% e a despesa pública corrente primária (ou seja, excluindo os juros da dívida pública), aumentou de 39% para 40,3%.

E tudo isto aconteceu num período que, até meados de 2008, se caracterizou por um crescimento internacional generalizado!

As conseqüências deste fracasso governativo são hoje bem visíveis: o PIB, que cresceu 1,5% em 2004, regrediu em 2008 para os 0%. E Portugal caiu, no "ranking" do Institute for Management Development, da 32.ª para a 37.ª posição. E, no que toca à competitividade da nossa economia, e segundo o World Economic Forum, ocupamos agora a 43.ª posição quando, antes

deste Governo, nos situávamos no 25.º lugar.

Se, no plano financeiro e orçamental, as coisas se apresentam extremamente complexas, ainda mais preocupantes são os resultados das políticas sociais que foram seguidas. É de resto por isso que temos acentuado a expressão “Estado de Emergência Social” para descrever a gravidade da situação a que neste domínio se chegou. Inicialmente, muitos escarneceram e tentaram desvalorizar o seu significado. Agora está bem à vista como o diagnóstico então feito e as previsões na altura formuladas, se pecaram, foi apenas por defeito.

Dizendo-se socialista, o actual Executivo é, seguramente, aquele que maior insensibilidade social tem demonstrado nos mais de trinta anos que levamos de regime democrático. Porque em vez de pessoas, vê números. Porque não é capaz de entender que, por detrás de cada desempregado, se esconde um drama humano e, muitas vezes, familiar. Porque se recusa a aceitar que o direito ao emprego é um dos direitos mais fundamentais do ser humano, pois que na sua ausência é a própria dignidade individual que é questionada.

Este é, recorde-se, o Governo que, embora agora o negue, tentando escudar-se na retórica e no jogo de palavras, prometeu criar, no espaço da presente legislatura, 150 000 adicionais postos de trabalho. E daí que impressione, mais ainda, a negatividade dos números a que se chegou, na medida em que o que se passou foi precisamente o inverso do propalado.

De uma taxa de 6,7% em 2004 cresceu-se para os 7,6% em finais de 2008. E a previsão para 2009 é de 8,8% (para só falarmos nos números enganosos da responsabilidade do próprio Governo). Portugal atingirá assim, em 2009, o valor de desemprego mais elevado desde 1986. E isto significa duas coisas bem reais: que, face aos números de 2004, existem agora em Portugal mais 135 000 pessoas sem emprego; e que cerca de meio milhão de Portugueses não têm trabalho.

Infelizmente, porém, os números que conhecemos estarão seguramente longe da realidade, na medida em que neles se não incluem os desempregados que se encontram, ao longo de muitos meses e anos, em programas de formação, porque o Governo insiste em trabalhar para as estatísticas. Isto é, também neste domínio tudo vale em ordem a tentar diminuir o completo

– Políticas Sociais

– (Des)Emprego

“Portugal atingirá assim, em 2009, o valor de desemprego mais elevado desde 1986.

Face aos números de 2004, existem agora em Portugal mais 135 000 pessoas sem emprego; e cerca de meio milhão de Portugueses não têm trabalho.”

desnorte da governação socialista.

É importante que se lembre que estas estatísticas seriam bem mais gravosas caso milhares e milhares de cidadãos nacionais não tivessem dado origem a uma nova vaga de emigração, tentando procurar fora das nossas fronteiras as oportunidades que aqui lhes são negadas. Na década de sessenta, a pobreza fez de nós um País de emigrantes. Na década de noventa, o progresso e o desenvolvimento transformaram-nos em Estado de acolhimento daqueles – e muitos foram – que aqui quiseram procurar a sua sorte. No final da primeira década do Século XXI, a busca por uma vida melhor obrigou muitos dos nossos a partir de novo e a enfrentar o desconhecido.

Mas, se os dados do desemprego global são, por si só, extremamente preocupantes, o que dizer da taxa de desemprego entre os licenciados, que passou dos 7,5% em 2004 para os 9,1% em finais de 2008? Na verdade, que futuro estamos a preparar quando a camada mais qualificada da nossa população é, precisamente, aquela que maiores dificuldades tem em obter um emprego estável e que permita ao País rentabilizar o esforço que durante anos fez na sua formação educativa e na sua qualificação profissional?

– Pobreza

A incapacidade demonstrada na área social é igualmente revelada por outros dados significativos, como os indicadores da pobreza.

Depois de anos de combate bem sucedido a esse flagelo, o fio condutor que vinha sendo seguido foi rompido e a situação, no mínimo, estagnou. Segundo os números oficiais mais recentes (e que se referem ao ano de 2007), o risco de pobreza entre nós continua a situar-se nos 18%. E se isso sucedeu num período de crescimento económico internacional, não é difícil antever que no último ano e meio se registou um agravamento significativo, porquanto o aumento do desemprego incrementa também, e de forma substancial, o risco de pobreza. Mas, como se isso não fosse, por si só, bastante, Portugal descobre hoje novas formas de pobreza e de exclusão, que assumem contornos devastadores, e para as quais não houve, nem há, qualquer tipo de resposta concreta adequada.

– Apoios aos Idosos

Em 2005, o Partido Socialista garantiu, no contexto da disputa eleitoral, que iria retirar 300 000 idosos da pobreza. Também

essa promessa continua por cumprir. Mas não é só a esse nível que a situação continua a ser extremamente preocupante. O que dizer, com efeito, do que se passa noutros sectores da nossa população? É que a taxa de pobreza, quer antes quer depois das prestações sociais, agravou-se, tanto no escalão entre os 17 e os 64 anos, quanto no escalão dos menores de 17 anos. Neste último caso, a taxa apresenta valores críticos e, aliás, com tendência crescente, situando-se na casa dos 23%. É caso para dizer que, numa área de importância crucial, o registo da actuação deste Governo se apresenta, na melhor das hipóteses, como medíocre.

– Agricultura

Uma palavra especial é devida ao que se passa no sector da agricultura, pelo ostracismo completo a que o Executivo votou o sector e, por tabela, três quartas partes do território nacional, com dramáticas consequências para as condições de vida daqueles – e tantos são – que continuam a fazer da nobre tarefa de trabalhar a terra um modo inteiro de vida.

Ao contrário do que seria sua estrita obrigação, este Governo não só desperdiçou irresponsavelmente os recursos europeus postos à disposição dos nossos agricultores, como passou o tempo a, sem regra nem critério, destruir a capacidade da nossa Administração para gerir os apoios da Política Agrícola Comum.

As linhas de orientação seguidas ao longo de quatro anos deram resultados que são bem demonstrativos do desinteresse, para não dizer da hostilidade, para com os agricultores: foi-lhes retirado o benefício da chamada electricidade verde, pagando agora, quando a têm, a energia eléctrica mais cara da Europa; foi-lhes vedado, ilegalmente diga-se, o apoio das medidas agro-ambientais, as quais viabilizavam grande parte das explorações agrícolas existentes por todo o País; foi-lhes negado o acesso a quaisquer apoios públicos ao investimento produtivo, quer no plano estritamente agrícola, quer no plano agro-industrial.

Em suma, mesmo com boa vontade não é possível identificar uma única acção positiva em favor dos agricultores nacionais. E a consequência disso é que o seu rendimento e o das suas famílias se vai degradando, não conseguindo muitas vezes, sequer, gerar ganhos suficientes para pagar a segurança social e estando, por isso, sem qualquer apoio na velhice e na doença.

“Na saúde, o Governo zigzagueou ao sabor das conveniências políticas e da mudança de titular de pasta.

– Saúde

“encerraram-se serviços de urgências; fecharam-se maternidades; diminuíram-se centros de saúde. E atingiu-se o extremo da desumanidade com a passividade demonstrada em matéria de listas de espera para cirurgias oncológicas.”

- Educação

“Do ponto de vista dos resultados, trabalhou-se para as estatísticas e os rankings, falseando objectivamente os resultados reais.”

“somos o país da União Europeia com a mais baixa percentagem de população que concluiu o ensino secundário. No entanto, somos o terceiro país da União Europeia com maior despesa por aluno.”

Na saúde, o Governo zigzagueou ao sabor das conveniências políticas e da mudança de titular de pasta. O que era ontem certo, passou hoje a ser um erro e vice-versa. Optou-se por uma política de cortes cegos e de desafio aos profissionais do sector, uma vez mais não vendo o que é a situação real das pessoas e quais são os problemas com que diariamente se debatem. Em vez disso, encerraram-se, por todo o país, serviços de urgências; fecharam-se maternidades; diminuíram-se centros de saúde. E atingiu-se o extremo da desumanidade com a passividade demonstrada em matéria de listas de espera para cirurgias oncológicas.

Tudo foi feito sem que adequadas medidas de compensação estivessem implementadas ou, sequer, pensadas. Os riscos para a vida e o bem-estar físico e mental das populações foram, pura e simplesmente, ignorados. Aldeias e vilas por todo o território nacional ficaram mais isoladas, sem acesso em tempo útil aos cuidados de saúde básicos. Em apenas quatro anos, Portugal caiu várias posições nas estatísticas internacionais da saúde, naquele que é, precisamente, um dos indicadores mais impressionantes do estado de desenvolvimento de uma sociedade.

Na educação, e depois de um começo até promissor, é hoje claro que o Governo balançou entre o facilitismo e o conflito fútil. Do ponto de vista dos resultados, trabalhou-se para as estatísticas e os rankings, falseando objectivamente os resultados reais e transmitindo a mensagem errada de recompensa ao desleixo, em vez de se fomentar o trabalho, o valor e o mérito.

As consequências deste enorme equívoco são dramáticas para o nosso futuro. Num contexto em que a competição é cada vez mais cerrada, os nossos alunos saem das escolas progressivamente mais impreparados. Por seu lado, a taxa de abandono escolar é bem expressiva: somos o país da União Europeia com a mais baixa percentagem de população que concluiu, no mínimo, o ensino secundário – 53,4%, contra 78,1%. No entanto, somos o terceiro país da União Europeia com maior despesa por aluno. Muitos gastos, escassos resultados. Uma situação que só pode ter como explicação o erro em que caíram as políticas educativas.

Como se isso não bastasse, o Governo entreteve-se, também aqui, a afrontar, de forma impensada e desnecessária, os professores, querendo a todo o custo impor um modelo de avaliação insustentável, injusto e incompreensivelmente

burocratizado. Resultado: os professores estão totalmente desmotivados e perdeu-se tempo precioso, que poderia e deveria ter sido dispendido a combater os factores de disfuncionalidade que continuam a estar na origem de uma deficiente formação educativa de base dos nossos jovens.

E que dizer do sucedido ao nível do ensino superior, área de eleição de um Governo que afirmou, vezes sem conta, atribuir relevância estratégica ao investimento em investigação e desenvolvimento? O que foi conseguido é exactamente o oposto, já que enquanto se assinavam, com pompa e circunstância, protocolos de colaboração com instituições congéneres estrangeiras, estrangulava-se financeiramente universidades e politécnicos, impedindo-os até de desempenhar a sua função primeira de ensinar e de formar os quadros do futuro.

Outra área em que o insucesso das políticas públicas é notório, e particularmente inquietante, é o da segurança. Todos sabemos como os socialistas, no passado, foram incapazes de implementar políticas de segurança capazes de garantir aos cidadãos o gozo do bem que em sociedade mais relevante se apresenta: a liberdade. É que, ninguém o contesta, sem segurança não há liberdade, e sem liberdade é a própria vivência colectiva que é posta em causa.

Apesar desse tradicional registo negativo, há que reconhecer que nos últimos quatro anos se ultrapassaram todas as fronteiras do imaginável. Com efeito, a passividade, o desinteresse e a arrogância que caracterizaram a actuação neste domínio têm tido consequências vastas, que se traduziram, nomeadamente, no incremento das agressões contra agentes da autoridade, num crescimento significativo dos índices de criminalidade e na total incapacidade em combater as novas formas, mais sofisticadas e mais organizadas, que ela tem vindo a assumir, ou os novos desenvolvimentos em matéria de violência e criminalidade associadas às zonas mais problemáticas nas margens dos grandes centros urbanos.

Também aqui a objectividade dos resultados não pode ser desmentida. Segundo dados do Relatório Anual de Segurança Interna, 2008 foi o ano mais violento da última década. Foram participados às diversas autoridades policiais 421037 crimes. Destes, 24 313 cabem na categoria de crimes violentos. E isso significa que ocorreram no nosso País, no ano transacto, 67

– (in)Segurança

“É que sem segurança não há liberdade, e sem liberdade é a própria vivência colectiva que é posta em causa.”

crimes violentos por dia.

É certo que aqui se fazem largamente notar as consequências da insensibilidade social deste Governo, incapaz de acorrer às necessidades e aos anseios das franjas mais excluídas ou mais ostracizadas da nossa sociedade. Mas, se temos de estar atentos às causas e combatê-las eficazmente, o Estado de Direito não pode aceitar, pela inércia ou pela complacência, o questionar da autoridade democrática.

“Da conjugação desses factores fica no ar uma permanente sensação de que o sistema não é capaz de dar resposta às solicitações e de que, ao fim e ao cabo, o crime pode, muitas vezes, compensar.”

Para além disso, o crescimento da insegurança e da criminalidade confronta o País com custos muito pesados. E não falamos apenas dos custos directos, traduzidos na perda de vidas e em danos físicos e materiais, mas também nos custos sociais e económicos. Tanto mais que esta insegurança, que afecta a generalidade dos cidadãos, vai de par com a ideia de impunidade dos prevaricadores, que resulta da desconexão temporal entra a actividade ilícita e a correspondente punição e da crónica ausência de meios técnicos, logísticos e humanos que permitam agir com eficácia e em tempo. Da conjugação desses factores fica no ar uma permanente sensação de que o sistema não é capaz de dar resposta às solicitações e de que, ao fim e ao cabo, o crime pode, muitas vezes, compensar.

“o Governo criou instabilidade nas forças policiais, nada fazendo para reforçar o seu estatuto e a sua autoridade.”

A este quadro perigoso, o Governo respondeu precisamente com as opções opostas àquelas que deveria ter assumido: criou instabilidade nas forças policiais, nada fazendo para reforçar o seu estatuto e a sua autoridade; e preocupou-se mais em tomar decisões como a da instituição de um Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna que, pelos poderes de que se encontra investido e pelo estatuto que lhe foi outorgado, gera condições para uma perigosa governamentalização da política de segurança.

Um derradeiro exemplo parece especialmente significativo: como é possível afirmar que se quer ser determinado no combate à criminalidade – sobretudo à mais perigosa – e, ao mesmo tempo, contribuir tão negativamente para a operacionalidade da Polícia Judiciária, como consequência do processo, que inaceitavelmente se arrastou no tempo, de revisão da respectiva lei orgânica?

– Justiça

A justiça tem sido mais um dos domínios desprezados e maltratados pelos socialistas. E se é certo que alguns desenvolvimentos positivos ocorreram, eles centraram-se nas

áreas em que foi possível estabelecer um entendimento com o PSD, traduzido na celebração de um acordo político-parlamentar entre os dois partidos. Em tudo o resto, os resultados escasseiam e a propaganda impera.

O principal problema com que a realização da justiça se defronta continua a ser o tempo de arrastamento dos processos em tribunal. E nunca é demais afirmar que a lentidão da justiça é, a todos os títulos, inaceitável. Porque lesa os direitos individuais dos cidadãos. Porque representa um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento económico. Porque nos envergonha em comparação com outros países, tendo já conduzido aliás a múltiplas condenações em instâncias internacionais.

Ora a lentidão da justiça não se resolve, no que é essencial, com mais e mais reformas legislativas. Soluciona-se com reformas administrativas, com medidas concretas de reforço e redistribuição dos recursos e materiais. Com decisões, enfim, que cabem na órbita de responsabilidade do Executivo.

Para o descrédito da justiça contribuiu ainda, e muito, o facto de nos anos mais recentes se ter agravado a ideia de que há uma justiça para ricos, que conseguem sempre fugir às suas responsabilidades, e outra justiça para pobres, para quem existe inexoravelmente uma mão pesada. Consequência disso, a confiança nas instituições vai sendo, no dia-a-dia, erodida.

Face a este panorama deveras complexo, o que foi feito?

Adiou-se a implementação de um mapa judicial que correspondesse às necessidades da celeridade da justiça, mantendo-se uma situação em que, nos centros urbanos se concentram dois terços dos litígios, mas a eles estão apenas alocados um terço dos recursos materiais e humanos.

Enveredou-se por uma lógica populista ao decidir, com pompa e circunstância, a diminuição do período de encerramento dos tribunais. O resultado foi a criação de um clima de crispação e de guerra institucional com os agentes do universo judicial, sem que isso, como era previsível, redundasse em qualquer aumento da produtividade.

E deram-se passos perigosos no sentido da governamentalização da justiça, ao colocar o instrumento informático que é o CITIUS

“a lentidão da justiça lesa os direitos individuais dos cidadãos, (...) representa um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento económico, (...) envergonha[-nos] em comparação com outros países...”

na dependência das estruturas do Ministério da Justiça e não, como o respeito pela independência dos tribunais exigia, sob a alçada do Conselho Superior da Magistratura.

As críticas à acção governativa poderiam multiplicar-se quantitativamente e estender-se a praticamente todas as áreas da sua intervenção. Mas não nos alongaremos mais nesse tema, pois que o nosso desiderato, com estas reflexões, não é o de descrever, de modo exaustivo, o cenário negro a que o País foi conduzido nos quatro anos deste mandato.

O que interessa é, antes, contribuir para repor a verdade das coisas. É demonstrar, com base em dados concretos e irrefutáveis, como o caminho seguido foi errado. Como Portugal podia e devia encontrar-se numa situação muito melhor do que aquela que atravessa. Como o percurso que temos pela frente não seria tão estreito e tão exigente como aquele que agora se nos apresenta, se o Governo tivesse cumprido com as suas obrigações.

“o percurso que temos pela frente não seria tão estreito e tão exigente como aquele que agora se nos apresenta, se o Governo tivesse cumprido com as suas obrigações.”

Interrogar-se-ão alguns porquê insistir nestas denúncias.

É, contudo, importante que se não esmoreça nessa atitude. Acreditamos que a verdade tem de ser continuamente reafirmada, até porque o Partido Socialista, se é absolutamente incapaz na governação, é, ao contrário, exímio na propaganda e na mistificação. E, para além disso, tem contado ao longo dos anos com uma tolerância, senão mesmo com a conivência de sectores importantes da sociedade portuguesa, que se foram demonstrando especialmente prestáveis na filtragem e na análise da informação, por forma a que ela chegasse de forma distorcida aos destinatários finais que, em democracia, são sempre os cidadãos.

Não foi fácil quebrar essa barreira. Foi precisa muita persistência, e foi necessário até que a realidade dos factos falasse, por fim, mais alto, e se afirmasse pela sua evidência. E também isso nos deve levar a reflectir profundamente sobre a qualidade da democracia que temos e sobre a qualidade da democracia que queremos para Portugal.

Em suma, e pesando bem as palavras, só uma conclusão se afigura possível: Portugal é hoje, cinquenta e dois meses volvidos da chegada ao poder dos socialistas, um país mais débil,

mais desigual, mais impreparado para enfrentar os desafios da modernidade.

Como muitas vezes afirmamos, desta feita não há justificações, não há álibis, não há sequer circunstâncias atenuantes. O principal responsável do descalabro governativo é o Primeiro-Ministro José Sócrates. Precisamente aquele que agora se pretende apresentar como vítima de tudo e de todos. É o principal responsável porque o seu Governo teve, durante todo o tempo, uma maioria dócil no Parlamento, sempre disponível para aprovar tudo e nada questionar. Contou, da parte dos dois Presidentes da República com quem trabalhou, com uma actuação orientada por um permanente espírito de boa fé e de cooperação institucional e com um respeito, sem falhas, pelos limites daquilo que são as suas competências constitucionalmente estipuladas. Durante mais de três quartos do seu mandato, beneficiou de uma conjuntura económica internacional favorável.

Todos esses factores favoreciam e facilitavam um trabalho sério, se tivesse sido sua intenção fazê-lo. Mas, ainda assim, o Governo não atingiu nenhum – mesmo nenhum – dos objectivos a que se tinha proposto e com cuja realização se tinha livremente comprometido aquando da campanha eleitoral. Não equilibrou, de forma sustentada e racional, as finanças públicas. Antes pelo contrário. Não baixou o desemprego. Antes pelo contrário. Não retomou o percurso da convergência da nossa economia com a dos países que conosco partilham o espaço da União Europeia. Antes pelo contrário. Não diminuiu o nível de pobreza, nem aumentou os níveis de inclusão social. Antes pelo contrário. Não melhorou aos cuidados de saúde, nem facilitou o acesso a eles. Antes pelo contrário. Não combateu as disparidades de desenvolvimento, nem travou a desertificação do interior. Antes pelo contrário.

Tudo isto é o resultado de políticas impensadas, de decisões desadequadas e de opções muitas vezes insensatas. De nada vale atirar a culpa para os anteriores Governos, para as oposições ou, sequer, para a actual crise. É responsabilidade exclusiva de quem não fez, ou fez mal. Porque não sabe fazer bem.

E, neste momento, esta conclusão deve estar bem presente na consciência de cada um. Porque é também o julgamento político da acção governativa que irá ser feito no próximo mês de Setembro.

“Não há justificações, não há álibis, não há sequer circunstâncias atenuantes. O principal responsável do descalabro governativo é o Primeiro-Ministro José Sócrates.

Precisamente aquele que agora se pretende apresentar como vítima de tudo e de todos, teve uma maioria dócil no Parlamento, sempre disponível para aprovar tudo e nada questionar. Contou, da parte dos dois Presidentes da República com quem trabalhou, com uma actuação orientada por um permanente espírito de boa fé e de cooperação institucional(...). Durante mais de três quartos do seu mandato, beneficiou de uma conjuntura económica internacional favorável.”

3. A ALTERNATIVA QUE REPRESENTAMOS

“o resultado que recentemente registámos nas eleições europeias, devolveu ao nosso partido o estatuto de maior partido político português.”

Como o PSD vem consistentemente afirmando, há uma alternativa real àquilo que têm sido as políticas erradas dos socialistas. E a consciência da seriedade dessa alternativa está a ser crescentemente aceite pela comunidade nacional. Aliás, na nossa interpretação, o resultado que recentemente registámos nas eleições europeias, o qual devolveu ao nosso partido o estatuto de maior partido político português, é bem a prova de que, mau grado todas as adversidades com que nos confrontámos, temos a razão do nosso lado.

Tradicionalmente, duas visões bem distintas podem ser apontadas quanto àquilo que o futuro nos reserva: a daqueles que acreditam, pela sua atitude de passividade ou de complacência, que o nosso destino se encontra inelutavelmente traçado, e que nada do que fizermos nos pode elevar para um patamar mais ambicioso de desenvolvimento; e a dos outros que estão firmemente convictos que, se as decisões correctas forem tomadas e as transformações imprescindíveis forem levadas a cabo, é perfeitamente possível reconduzir o nosso país a uma senda de progresso e de prosperidade.

“se as decisões correctas forem tomadas e as transformações imprescindíveis forem levadas a cabo, é perfeitamente possível reconduzir o nosso país a uma senda de progresso e de prosperidade.”

Neste ciclo, Portugal foi dirigido com uma evidente dose de irresponsabilidade política. Por aqueles que, embora afirmando o contrário, nada de verdadeiramente importante foram capazes de fazer em ordem a reformar aquilo que tem mesmo de ser mudado, seja porque não têm reais convicções sobre o que fazer, seja porque não percebem, sequer, qual é o sentido da mudança necessária.

O PSD não se resigna com a permanência do actual estado de coisas. Continuamos a acreditar, com firmeza, que é possível construir um país mais moderno, mais justo, mais solidário e mais equitativo. E que só depende de nós legar às gerações futuras uma Nação mais coesa e mais ambiciosa.

Nada, absolutamente nada, justifica que os nossos problemas centrais se perpetuem, e muitas vezes se agravem até, e que, à conta disso, vamos paulatinamente perdendo condições para competir com uma plêiade de Estados que apresentam, muitas vezes, condições bem mais difíceis do que as nossas para afirmar

os seus interesses.

Nada, a não ser a incapacidade demonstrada pelos nossos governantes para fazer aquilo que tem de ser feito. A ausência, demonstrada à sociedade, para entender quais devem ser os nossos desígnios estratégicos. A sua patente inabilidade para combater as causas do nosso endémico atraso. O desconhecimento das mais-valias que, enquanto comunidade, representamos, bem como quanto à melhor forma de as explorar em nosso benefício.

Afirmar que existe uma solução real para os nossos problemas estruturais não é uma afirmação que façamos, como porventura acontece com outros, por demagogia política ou por simplismo eleitoral. Temos a certeza inabalável de que os constrangimentos actuais podem ser vencidos e de que as dificuldades são ultrapassáveis. Desde que nos deixemos de efabulações e de discussões estéreis. Desde que haja determinação para fazer. Desde que o caminho a seguir seja traçado com clareza e seja seguido com serena determinação. Desde que cada um de nós, cada família, cada instituição, dê o contributo que lhe é exigível em nome da realização do bem comum. E, sobretudo, desde que os políticos não percam mais tempo a encontrar justificações que expliquem os seus fracassos do que aquele que despenderiam a decidir quanto ao percurso a seguir para nos afastar do precipício junto ao qual nos encontramos.

“Temos a certeza inabalável de que os constrangimentos actuais podem ser vencidos e de que as dificuldades são ultrapassáveis. Desde que nos deixemos de efabulações e de discussões estéreis.”

A alternativa existe. Uma alternativa clara e real. Uma alternativa que se baseia em princípios muito distintos – para não dizer opostos – àqueles que a governação socialista elegeu. Uma alternativa que arranca de uma identificação, séria e honesta, daquilo que está mal, bem como daquilo que é possível fazer para corrigir, enquanto é tempo, a nossa rota. Uma alternativa que radica, antes do mais, na reafirmação dos pressupostos políticos básicos com que o PSD sempre se apresentou aos Portugueses e cuja validade a actual situação só contribuiu, aliás, para reafirmar.

3.1. A PESSOA HUMANA COMO REFERÊNCIA PRIMEIRA

Porventura em contra-corrente ao chamado pensamento do politicamente correcto, entendemos ser insofismável que persistem divergências essenciais entre a mundividência do PS e aquela pela qual o PSD se orienta, e que tais divergências

“O PSD ocupa, entre os partidos políticos portugueses, uma posição privilegiada. É que, diferentemente de outros, os ventos da história deram-nos razão.”

se apresentam como muito profundas. Que continuam a existir espaços diferentes de afirmação política, marcados por opções filosóficas e ideológicas contrapostas. E que o sublinhar de tais diferenças deve, em permanência, ser feito, por uma questão de transparência política. Diferenças que não se colocam apenas – e já seria muito – no plano das ideologias, mas que, por uma questão de coerência, assumem depois consequências importantes no plano da prática política, bem como dos programas que defendemos, dos projectos que sustentamos e das medidas que propomos.

E porque, mais do que em qualquer outra altura, os períodos eleitorais têm de ser momentos de rigor nas ideias e de frontalidade nas alternativas, importa reiterar, em termos concretos, os pontos pelos quais o PSD se distingue dos socialistas, bem como em que medida essa diferenciação tem tradução prática ao nível das políticas públicas.

Ora, num esforço de síntese, é possível dizer que tudo o que é realmente determinante nos afasta do Partido Socialista e daquela que tem sido a actuação do Governo por ele liderado: separam-nos os pressupostos essenciais da acção política; separa-nos a forma de fazer política; e separa-nos a estratégia que temos para os sectores fundamentais da acção governativa. E isso deve ficar bem evidenciado, para que não restem quaisquer dúvidas no espírito dos Portugueses, quando forem chamados a exercer o mais importante direito, mas também a mais delicada tarefa que, em democracia, pode a cada um de nós caber: manifestar, pelo voto, as nossas preferências e, ao fazê-lo, ajudar a determinar um caminho para Portugal.

“Na referência central dos nossos valores permanece a pessoa humana e a sua inalienável dignidade.”

O PSD ocupa, entre os partidos políticos portugueses, uma posição privilegiada. É que, diferentemente de outros, os ventos da história deram-nos razão. Podemos dizer, e com legítimo orgulho, que os surpreendentes desenvolvimentos que nas últimas décadas tiveram lugar não nos obrigaram, em nada, a abdicar dos valores e dos princípios que nos caracterizam desde o primeiro momento e pelos quais nos conduzimos. Não necessitámos de recorrer, apressadamente e por conveniência, a “liftings” políticos. Não necessitámos de defender hoje aquilo que contestávamos ontem. Não necessitámos de fazer nossas as ideias dos outros.

Na referência central dos nossos valores permanece a pessoa

humana e a sua inalienável dignidade. A convicção de que cada ser humano é, em si mesmo, um valor inestimável e um projecto autónomo de vida. E daí que uma política – qualquer política – tenha necessariamente de partir desse dado e de articular-se com ele. Nada pode, assim, justificar as acções que ponham em causa esse princípio basilar. Nada pode autorizar que se sacrifique a dignidade essencial de cada um. Nada pode legitimar que se hipoteque a possibilidade de cada um se afirmar de acordo com as suas próprias capacidades e qualidades.

O reconhecimento da igual dignidade de todos os cidadãos tem como corolário lógico a afirmação do valor central da igualdade de oportunidades. E se essa é uma verdade evidente, ela tem de ser reafirmada no dia-a-dia da acção política.

Com efeito, se há algo que os últimos anos de governação socialista têm vindo a pôr em causa esse algo é, precisamente, a igualdade de oportunidades. E não está apenas em causa o agravamento das disparidades de rendimentos ou de acessibilidade aos serviços públicos. É muito mais do que isso, ou seja, é a própria possibilidade de cada cidadão singrar de acordo com aquilo que são as suas características de personalidade, de inteligência e de trabalho e que agora vemos serem sistematicamente desvalorizadas e desprezadas.

Hoje, como porventura nunca no passado recente, os Portugueses estão coarctados, no seu dia-a-dia, por um conjunto de desequilíbrios que lhes dificultam – e, no limite, impossibilitam mesmo – o desenvolvimento e a afirmação das respectivas capacidades individuais.

Nós queremos, muito simplesmente, governar para as pessoas e para os resultados reais. E governar para as pessoas é estar atento aos seus problemas concretos. É ter presente que não estamos perante estatísticas ou conjuntos, mas ante realidades vivenciais únicas na sua singularidade. É compreender que aquilo que, visto de fora, não passa, porventura, de mais uma dificuldade igual a tantas outras, assume, para cada cidadão atingido, a dimensão de drama central da sua existência. É combater, com denodo, os obstáculos e as dificuldades, em ordem a eliminar ou, pelo menos, a minorar as suas consequências. Essa marca de profunda humanidade, talvez mais até nos actos do que nas palavras, sempre nos distinguiu como partido. E é imbuídos dessa marca de humanidade que voltaremos a actuar quando

“Hoje, como porventura nunca no passado recente, os Portugueses estão coarctados, no seu dia-a-dia, por um conjunto de desequilíbrios que lhes dificultam – e, no limite, impossibilitam mesmo – o desenvolvimento e a afirmação das respectivas capacidades individuais.”

os Portugueses confiarem de novo em nós para assumirmos a condução dos destinos da nossa Pátria.

Mas a convicção da centralidade do valor da pessoa humana tem, de imediato, consequências sobre a visão, que é a nossa, da sociedade. Uma sociedade que tem de ser composta por cidadãos livres e iguais. Uma sociedade que se enriquece com o contributo de todos. Uma sociedade que não pode excluir ninguém. Uma sociedade que procura realizar a justiça, sem nunca questionar a diversidade.

“os socialistas olham para a Sociedade a partir do Estado enquanto nós, ao contrário, vemos no Estado um instrumento ao serviço da Sociedade.”

As divergências sociais não se teriam aprofundado em Portugal se o Governo aceitasse, na sua acção, a ideia de que a pessoa humana tem por natureza de se encontrar no centro de toda a acção política. Isto é, se os governantes se guiarem por uma visão personalista da sociedade. Infelizmente para todos nós, o PS apregoa sensibilidade social no discurso, mas perpetua o mais retrógrado conservadorismo na realidade. E os Portugueses sofrem, no seu quotidiano, as consequências cada vez mais perniciosas dessa bipolaridade política e governativa.

3.2. OLHAR PARA O ESTADO A PARTIR DA SOCIEDADE

Em consequência do diverso ponto de que partimos, muitas vezes temos afirmado que nos separa do PS a leitura que fazemos das relações entre Estado e Sociedade. Porque os socialistas olham para a Sociedade a partir do Estado enquanto nós, ao contrário, vemos no Estado um instrumento ao serviço da Sociedade, dos cidadãos que a integram e da realização de um conjunto de objectivos essenciais. E o acerto dessa nossa leitura surge como cada vez mais óbvio.

De facto, se olharmos com atenção para os factos, facilmente concluímos que o Estado se tem transformado entre nós, com demasiada frequência, num obstáculo ao progresso do País. Numa parte importante dos problemas nacionais, em vez de se assumir, como deveria, enquanto actor central na sua resolução. Numa figura que abafa e tolhe a capacidade criativa dos cidadãos e das empresas, em vez de constituir um instrumento para a sua plena realização no seio de uma comunidade global.

Em cada situação concreta em que esta dicotomia se coloca, os socialistas optam sempre pelo incremento da presença do Estado, invadindo desnecessária, ou até ilegítimamente, o

espaço irredutível da autonomia dos cidadãos, dos agentes económicos e das empresas. E fazem-no, apenas e tão só, em nome de um apriorístico preconceito ideológico, assim subordinando os interesses dos cidadãos às consequências de uma concepção política errada e insensível às sequelas negativas que daí advenham. Por isso se recusam a aceitar, em múltiplos domínios, o princípio da liberdade de escolha individual. Por isso puseram fim às experiências de gestão concorrencial na área da saúde, apesar de estar provada à evidência a sua mais-valia. Por isso querem impor orientações educacionais em matérias cujo tratamento deve caber, antes do mais, aos pais e às famílias.

O PSD acredita que a rota a seguir é bem distinta. Uma rota que passa por defender que o Estado se deve concentrar nas tarefas que por natureza lhe cabem ou que realiza com mais eficácia e com melhores resultados. Que ao Estado deve caber um papel insubstituível na correcção das assimetrias e na defesa dos mais fracos e mais vulneráveis. Que o Estado deve intervir nos vários planos da actividade, sempre e quando a defesa do interesse colectivo o exija, mas também deve saber quando se abster de o fazer, porque essa sua actuação é atrofiadora do verdadeiro pulsar da sociedade, revelando-se por isso mais danosa do que benéfica.

É preciso reafirmar uma visão social-democrata do papel do Estado. Não aceitamos um Estado ausente, porque isso questiona a realização da justiça social e o alcançar do bem-estar económico e social dos cidadãos. Mas também não nos revemos numa concepção que atribua à omnipresença do Estado a chave para a resolução de todos os problemas.

Ou seja: Estado e Sociedade têm de ser capazes de encontrar uma vivência harmoniosa. Uma vivência em que àquele caiba o papel insubstituível de garantir uma organização e funcionamento coerente desta, e em que esta encontre naquele um aliado na exploração das múltiplas potencialidades que encerra. Essa harmonia é condição de sucesso e de progresso. Ao invés, a conflitualidade, assumida ou implícita, entre ambos, só pode contribuir para acentuar as nossas debilidades e o nosso atraso.

A visão que temos do papel do Estado em nada foi abalada ou ficou prejudicada com a actual crise internacional. Bem pelo contrário.

“Estado e Sociedade têm de ser capazes de encontrar uma vivência harmoniosa. Essa harmonia é condição de sucesso e de progresso.”

Com efeito, face a uma situação cuja gravidade atingiu, no plano económico, financeiro e social, dimensões de enorme monta, não faltaram de imediato as vozes habituais proclamando a morte dos mecanismos de economia livre, aberta e concorrencial e proclamando, “urbi et orbi”, que tudo se fica a dever ao fracasso do processo de globalização económica.

Ora, quem quiser - ou estiver disponível - para levar a cabo uma análise minimamente objectiva da realidade das coisas, saberá concluir que essas panfletárias acusações são rotundamente falsas. E vale a pena sublinhar, pelo relevo que isso reveste, que essa é, igualmente, a convicção da maioria dos eleitores europeus, que no recente acto eleitoral reprovaram, de forma clara, a actuação dos governos socialistas e, em sentido contrário, reforçaram o apoio manifestado às forças próximas dos valores e dos princípios pelos quais o PSD se bate.

Em si mesma, a economia livre, aberta e concorrencial representa uma opção correcta – diremos mesmo a única opção correcta -, como, de resto, a análise histórica comprova. E a globalização, pela integração planetária que induz e pela partilha de valores, de objectivos e de princípios que propicia, tem dado um contributo inestimável para o progresso da humanidade, nos mais diversos planos.

Mas então, onde reside o verdadeiro problema que conduziu à situação que na actualidade conhecemos?

A resposta é cristalina: na demissão do papel do Estado; na incapacidade de levar a cabo as suas essenciais missões; na dificuldade para compreender qual a natureza modulada da intervenção que, em cada circunstância e em cada conjuntura, deve ser por ele assumida.

Acreditar, convictamente, nos méritos do mercado e da globalização, não significa perder a capacidade crítica. E não representa, sobretudo, qualquer receio de identificar os riscos que ambos apresentam ou de defender a necessidade de agir em ordem a limitar esses riscos e a combater os abusos que podem propiciar.

Os tempos mudaram. E mudaram muito. E tais mudanças impõem aos Estados e às instituições internacionais a capacidade de agir de modo diverso daquilo que tradicionalmente faziam. E há que

reconhecer que, muitas vezes, essa percepção não fez ainda o seu caminho.

É certo que assistimos, nos últimos meses, a uma actuação assumida e concertada dos Estados em ordem a minorar as dramáticas consequências a que esta crise poderia dar lugar.

Mas, há uma preocupação que deve presidir a toda a actividade política: a lógica da antecipação. Porque só quando os políticos se comportam de acordo com essa linha de rumo os problemas podem ser prevenidos ou, se a sua ocorrência é inevitável, podem as suas proporções ser mantidas em níveis relativamente baixos. Foi precisamente isso que agora não sucedeu. E essa é uma questão para a qual o PSD, ao longo dos anos, chamou insistentemente a atenção.

Tal lógica de análise é igualmente válida para compreender o estado de coisas a que Portugal chegou. É que o PSD também alertou, sistematicamente, para que a incapacidade do nosso Estado em identificar as funções que em cada domínio deve desempenhar só poderia agravar as dificuldades que nos ameaçavam e continuam a ameaçar. E, o que é pior, o actual Governo recusou-se, pura e simplesmente, a discutir estas questões essenciais, assim impossibilitando a identificação das áreas em que deve caber ao Estado uma função de prestador insubstituível; os domínios em que lhe há-de competir uma função de forte e activo regulador; e os sectores em que há-de estar a seu cargo uma eficaz função fiscalizadora.

Essa confusão de planos adensou, sem margem para qualquer dúvida, a dimensão das dificuldades nacionais. E permitiu o desenvolvimento progressivo de um Estado mais tentacular, mas simultaneamente mais fragilizado. Uma situação que não incomoda, de todo em todo, o Partido Socialista, que aliás vê nos seus contornos uma forma de afirmar o seu poder e de aumentar o controlo sobre os cidadãos e as instituições. Porque a clareza só beneficia aqueles que não têm agendas particulares mas se preocupam, apenas e tão só, com o interesse nacional.

Desta forma se chegou a um ponto em que o Estado se mostra progressivamente mais incapaz para proteger aqueles que se encontram em situações mais débeis. Aqueles que mais carecem do apoio das instituições públicas. Aqueles que mais dificuldade têm em atingir, de forma sustentada, um patamar de existência

“o PSD alertou, sistematicamente, para que a incapacidade do nosso Estado em identificar as funções que em cada domínio deve desempenhar só poderia agravar as dificuldades. E, o que é pior, o actual Governo recusou-se, pura e simplesmente, a discutir estas questões essenciais.”

compatível com aquilo que é seu direito inalienável.

“De uma vez por todas, há que assumir que é indispensável reinterpretar o papel do Estado. (...) A vontade e a capacidade de levar a cabo tal transformação é aquilo que vai fazer a diferença entre o fracasso e o sucesso no caminho da modernidade. Como já o fizemos antes, saberemos nós protagonizá-lo de novo.”

“Foi aquando dos governos que liderámos que o País conheceu surtos mais significativos de desenvolvimento. Que as principais mudanças estruturais de que Portugal carecia tiveram lugar. Que o progresso e a modernização foram mais patentes.”

Esta senda não pode permanecer. De uma vez por todas, há que assumir que é indispensável reinterpretar o papel do Estado. Que o Estado não pode continuar a fazer tudo, mesmo o que a sociedade faz melhor. Que é uma utopia apregoar que o Estado deve garantir a universal gratuidade dos serviços públicos. Que os recursos financeiros do Estado, cada vez mais escassos face ao incremento das solicitações, têm de se concentrar no apoio aos que dele carecem. Que o Estado tem de, em definitivo, deixar de ser displicente para com os carenciados e subserviente para com os poderosos.

Repensar as funções que ao Estado hão-de caber não se configura, há que reconhecê-lo, como uma tarefa fácil ou de cumprimento imediato. Mas a vontade e a capacidade de levar a cabo tal transformação é, seguramente, aquilo que vai fazer a diferença entre o fracasso e o sucesso no caminho da modernidade. Como já o fizemos antes, saberemos nós protagonizá-lo de novo.

3.3. O REFORMISMO COMO MÉTODO DE ACÇÃO GOVERNATIVA

É por demais conhecida de todos os Portugueses a capacidade do PSD para promover as transformações de que Portugal carece. Capacidade não discursiva, como outros gostam de exhibir, mas sim nos resultados apresentados. Foi aquando dos governos que liderámos que o País conheceu surtos mais significativos de desenvolvimento. Que as principais mudanças estruturais de que Portugal carecia tiveram lugar. Que o progresso e a modernização foram mais patentes. Que a melhoria das condições de vida dos nossos compatriotas mais se fez sentir.

E tudo isso ocorreu porque soubemos ir ao encontro do sentir profundo da comunidade nacional. Porque não tergiversámos perante dificuldades e incompreensões. Porque fomos capazes de, em cada momento, compreender o verdadeiro sentido e alcance do interesse nacional e de agir, só e exclusivamente, em função dele.

Actuando dessa forma honrámos, não apenas a confiança que os Portugueses em nós depositaram, mas igualmente o ideário social-democrata que, desde sempre, nos norteia. Um ideário que

acredita que a capacidade de adaptação a novas realidades é um dado central face às características das sociedades modernas, que se encontram em permanente mutação. Que acredita que a mudança é possível e indispensável. Que acredita que as transformações, para serem reais, só podem ser feitas com base na mobilização das capacidades nacionais e não devem assentar numa lógica de autoritarismo gratuito.

Dir-se-á que estamos aqui perante questões não de substância, mas de forma concreta de actuação. Sucede que o tema do estilo e do método de governação não é matéria de somenos importância. Bem pelo contrário, ele pode representar – e, entre nós, tem representado –, a diferença entre a capacidade de agir em função das necessidades que o País apresenta e a mera preocupação de transmitir uma imagem de acção e de competência que não tem equivalência, porém, na aptidão para mudar, nos actos e não apenas nas palavras, aquilo que tem de ser alterado.

Isso, o Partido Socialista nunca foi capaz de entender. Não o foi quando governou entre 1995 e 2002, altura em que desbaratou uma oportunidade de ouro de fazer, numa conjuntura interna e internacional altamente favorável, as reformas necessárias, elegendo o diálogo, o laxismo e o facilitismo como forma de governar. E não o é agora porque, nos antípodas daquela, elegeu como método de acção um estilo de confrontação permanente, de hostilização constante e de humilhação inaceitável.

Todos nos lembramos como, ao contrário da atitude de abertura que sistematicamente assumira na oposição – e a que agora parece querer apressada e artificialmente voltar, na ressaca da sua derrota eleitoral –, o Primeiro-Ministro apostou, desde o discurso de tomada de posse, numa estratégia de diabolização de certos sectores da sociedade portuguesa, procurando por essa via encontrar, por antecipação, desculpas para futuros fracassos da sua actuação e bodes expiatórios para o insucesso das suas políticas.

O Governo enveredou pois, e de modo deliberado, por uma via de desautorização das classes profissionais e de agressão à sua dignidade social. E os exemplos de tal postura multiplicaram-se, na medida em que se pretendeu abrir caminho para as pretensas reformas dizendo que os juízes tinham descanso a mais, que os funcionários públicos eram dispensáveis, que os militares

“entre 1995 e 2002, altura em que [o PS] desbaratou uma oportunidade de ouro de fazer, numa conjuntura interna e internacional altamente favorável, as reformas necessárias, elegendo o diálogo, o laxismo e o facilitismo como forma de governar.

E (...) elegeu [agora] como método de acção um estilo de confrontação permanente, de hostilização constante e de humilhação inaceitável.”

acumulavam privilégios, que os polícias actuavam, ora de mais, ora de menos, mas nunca na medida justa.

Mas o exemplo mais pernicioso de todos terá sido, seguramente, o conflito, gratuito e absurdo, com os professores, a propósito da questão da avaliação. Vilipendiar e diminuir os professores perante o País, perante as famílias, perante os alunos e perante os restantes membros da comunidade educativa não é apenas injusto e errado. É algo de extremamente negativo para a estabilidade e a melhoria de funcionamento de um sector de actividade que, como todos havemos de reconhecer, se configura como estratégico para o nosso futuro colectivo.

É verdade por todos conhecida que uma reforma – qualquer que ela seja – suscita sempre resistências, contestações e oposições. Sempre assim foi. E, nas sociedades abertas e democráticas, isso é ainda mais comum, compreensível e, porque não dizê-lo, desejável até. E bem se compreende que aqueles a quem as transformações vão afectar não aceitem muitas vezes de bom grado que o estatuto que, por decisão assumida ou por tolerância passiva dos poderes públicos, foram adquirindo, seja afectado.

Mas, entendamo-nos, não se consegue mudar apenas pela imposição, majestática e unilateral, de decisões que merecem a rejeição unânime daqueles que vão ser, no dia-a-dia, os intérpretes primeiros dessas fundamentais alterações.

Acresce que, com demasiada frequência até, as causas dos constrangimentos que determinam a necessidade de mudar não são imputáveis, em exclusivo ou sequer principalmente, a presumíveis lógicas corporativas que se tenham apoderado dos agentes de um determinado sector. Em causa está, antes, a incapacidade do próprio Estado em compreender as verdadeiras causas das dificuldades enfrentadas e em adoptar, com coerência e coragem, políticas públicas diferentes e mais adequadas.

Notar-se-á, contudo, que a tática confrontacional em que o Governo tem assentado a sua actuação faz parte de uma concepção mais vasta de acção política e que é, em larga medida, responsável pelo nível muito perigoso de degradação que a qualidade da nossa democracia vem registando. Este é, aliás, outro ponto fulcral da nossa divergência face aos socialistas e que deve merecer uma atenção muito particular por parte dos

“O Governo enveredou, de modo deliberado, por uma via de desautorização das classes profissionais e de agressão à sua dignidade social.”

“O desempenho do presente Executivo tem-se igualmente caracterizado, de uma forma permanente, pela vontade de condicionar a liberdade de actuação das forças políticas e sociais que ousam divergir daquilo que os socialistas dizem ou fazem.

Regressou ao nosso País o conceito, que todos pensávamos já em definitivo afastado, de que quem não é por mim é contra mim.”

cidadãos e das instituições.

Com efeito, o desempenho do presente Executivo tem-se igualmente caracterizado, de uma forma permanente, pela vontade de condicionar a liberdade de actuação das forças políticas e sociais que ousam divergir daquilo que os socialistas dizem ou fazem. Regressou ao nosso País o conceito, que todos pensávamos já em definitivo afastado, de que quem não é por mim é contra mim.

A dimensão que esse tipo de postura, exclusivista e impositiva, tem vindo a atingir, não releva apenas da postura de arrogância e de sobrançeria que alguns, a começar pelo Primeiro-Ministro, evidenciam. Em causa está muito mais do que isso, pois que aquilo que se tem verificado corresponde a um plano, racionalmente delineado, e meticulosamente cumprido, de tudo dominar, de tudo controlar, de tudo fiscalizar. Os socialistas têm, há que reafirmá-lo, um projecto de poder partidário. E querem construir um País à imagem e semelhança, unicamente, dos seus desígnios próprios. O resultado dessa actuação é que aquilo que o PSD já classificou como clima de claustrofobia democrática se está a transformar, de forma progressiva, num estado de asfixia democrática.

Os exemplos dessa prática multiplicam-se e estão à vista de todos: o modo persecutório com que são tratados aqueles que, um pouco por todo lado, ousam, no exercício da liberdade de expressão, manifestar o seu direito fundamental a divergir; o clima de receio que se vive dentro dos serviços da administração pública e o direito, que o Governo se reclama, de aí definir o que é ou não politicamente aceitável; a tentativa de cercear, inclusive por via legislativa, a liberdade de acção das empresas de comunicação social; as pressões sobre jornalistas que têm a coragem de fazer aquilo que a deontologia da sua profissão lhes impõe: investigar com independência e informar com isenção; a hostilização sistemática do estatuto e das funções das organizações representativas dos trabalhadores, acusadas de mais não serem do que correias de transmissão dos partidos políticos.

Mais do que pelo respeito da vontade maioritária, o grau de democracia de uma sociedade mede-se pela forma como aí são respeitados os direitos das minorias. Como é tolerada a diferença. Como é respeitada a noção de limites à intervenção

“Em causa está muito mais do que isso, pois que aquilo que se tem verificado corresponde a um plano, racionalmente delineado, e meticulosamente cumprido, de tudo dominar, de tudo controlar, de tudo fiscalizar. Os socialistas (...) querem construir um País à imagem e semelhança, unicamente, dos seus desígnios próprios.”

“Não é apenas ao nível das forças sociais que tal atitude de cerceamento das condições de exercício dos direitos fundamentais se verifica. O mesmo sucede no que toca às regras essenciais do jogo político e ao relacionamento com as demais instituições políticas do Estado.”

dos poderes públicos. Ora, no que a isso respeita, é evidente o panorama sombrio em que o País vive, por responsabilidade exclusiva do Partido Socialista.

Mas não é apenas ao nível das forças sociais que tal atitude de cerceamento das condições de exercício dos direitos fundamentais se verifica. O mesmo sucede, e até por vezes com gravidade acrescida, no que toca às regras essenciais do jogo político e ao relacionamento com as demais instituições políticas do Estado.

“Veja-se, por exemplo, o que se passa com a gritante discriminação (...) entre as autarquias locais que apresentam a cor política do Governo e aquelas que são lideradas por forças da oposição.”

Veja-se, por exemplo, o que se passa com a gritante discriminação que tem vindo a ser feita, nomeadamente no plano dos apoios financeiros, entre as autarquias locais que apresentam a cor política do Governo e aquelas que são lideradas por forças da oposição.

Atente-se, igualmente, na permanente perseguição política com que tem de se confrontar, injusta e inaceitavelmente, a Região Autónoma da Madeira, apenas e só pelo pecado de, como o faz desde há mais de trinta anos, reiterar o seu apoio a quem a transformou, pela sua capacidade, pela sua coragem e pela sua tenacidade, numa das zonas mais desenvolvidas do nosso País. Uma atitude que alcançou os limites do despudor absoluto na diminuição drástica dos recursos para a região, sem que nenhuma razão de substância a justificasse, aquando da aprovação da nova lei das finanças regionais.

“Olhe-se para o modo como o Governo (...) pretende decidir e impor opções em matérias estratégicas para o nosso futuro colectivo, sem ouvir ninguém e sem dar previamente as explicações que a lei lhe impõe e que a natureza democrática do regime exige.”

Observe-se a tentativa de condicionar os direitos políticos dos nossos emigrantes, por via da introdução de limitações às condições de exercício do seu direito de voto nas eleições legislativas, que apenas encontra justificação no facto de o sentido tradicionalmente apurado dos resultados do escrutínio desfavorecer o Partido Socialista.

Note-se a atitude adoptada a propósito do processo de eleição do Provedor de Justiça, em que, por via do arrogante exercício da maioria absoluta, se pretendeu impor unilateralmente uma escolha, para mais em matéria onde a própria Constituição impõe um consenso alargado.

Olhe-se, por fim, para o modo como o Governo, em absoluto desrespeito pelo estatuto da oposição, pretende decidir e impor opções em matérias estratégicas para o nosso futuro colectivo,

sem ouvir ninguém e sem dar previamente as explicações que a lei lhe impõe e que a natureza democrática do regime exige.

Este comportamento, se é especialmente visível ao nível nacional, confirma-se um pouco por todo o lado onde o PS exerce o poder. E traduz um desiderato assumido de colocar o Estado não ao serviço do interesse comum, mas antes na disponibilidade dos particulares interesses político-partidários dos socialistas e daqueles que lhes são próximos.

Esse é, aliás, um aspecto que impressiona quando se analisa a actuação política deste Governo: o modo de encarar o interesse nacional apenas como mais uma das variáveis – e muitas vezes menos importância assume – a ser tida em conta quando se prepara e se implementa uma determinada decisão política. E, se esta ou aquela opção se afigurar como egoisticamente mais conveniente, o completo despudor em assumir de imediato, em prejuízo ostensivo do bem comum.

À primeira vista, pode considerar-se que estamos perante uma crítica de enorme gravidade, porque questiona os propósitos últimos em que se tem baseado a actuação dos socialistas. Mas a verdade é que, se escrutinarmos, com justeza e com isenção, algumas das suas principais decisões ou iniciativas, chega-se precisamente à conclusão de que é mesmo isso que ocorre.

De facto, a que outra luz pode ser vista a teimosia de insistir, anos a fio, numa determinada localização do Aeroporto de Lisboa, quando para todos era patente a existência de opções bem mais adequadas?

Sob que outro prisma se pode analisar a insistência, cuja irracionalidade é cada vez mais patente, de, no actual contexto, teimar no projecto de construção do TGV?

A partir de que outra análise se pode considerar a opção por deferir sistematicamente para o futuro, quando o PS já não tiver quaisquer encargos governativos, os gigantescos encargos que agora se querem assumir com grandes obras públicas, limitando drasticamente a margem de manobra das próximas gerações e violando, de modo dramático, o princípio fundamental da solidariedade intergeracional?

O último e determinante critério de decisão deste Governo é,

“A partir de que outra análise se pode considerar a opção por deferir sistematicamente para o futuro, quando o PS já não tiver quaisquer encargos governativos, os gigantescos encargos que agora se querem assumir com grandes obras públicas, limitando drasticamente a margem de manobra das próximas gerações e violando, de modo dramático, o princípio fundamental da solidariedade intergeracional?”

“O último e determinante critério de decisão deste Governo é, assim, o do seu próprio benefício político. Não interessa se aquilo que propõe é certo ou errado. (...). O que importa é que se dê a aparência que o Governo decide com determinação.”

assim, o do seu próprio benefício político. Não interessa se aquilo que propõe é certo ou errado. Se trará, no futuro, consequências vantajosas ou pérfidas. Se as alternativas em presença se configuram, ou não, como melhores e mais adequadas. O que importa é que se dê a aparência que o Governo decide com determinação. Que o Governo age com empenho. Que o Governo enfrenta com coragem os problemas.

Também aqui somos diferentes nas ideias e queremos ser diferentes na prática governativa, como sempre o fomos no passado. Porque somos capazes de compreender qual é, em cada momento, o verdadeiro interesse nacional. Porque estamos determinados em agir apenas em função da leitura que dele fazemos, com sacrifícios de quaisquer outros desígnios parcelares. Porque acreditamos que não é legítimo fazer recair sobre os nossos filhos e os nossos netos as consequências negativas das decisões que, no presente, nos couber tomar.

Entre o diálogo sem consequências do Eng. António Guterres e a prepotência arrogante do Eng. José Sócrates existe, evidentemente, um caminho alternativo. Um caminho que não confunda os métodos de decidir com a essência das próprias decisões. Um caminho que não confunda vontade para negociar com indisponibilidade para assumir responsabilidades. Um caminho que não confunda o exercício da autoridade legítima com a exibição de um autoritarismo ofensivo e desnecessário. Um caminho que não confunda coragem para decidir com arbitrariedade para impor.

É esse caminho, mais exigente é certo, mas também mais responsável, que o PSD quer e saberá trilhar. Um caminho que o bom senso dita, que o êxito requer e que o respeito pela democracia exige. Um caminho que se baseie na ideia de que as reformas só têm sentido se forem feitas para defender o interesse geral e não se forem dirigidas contra estes ou contra aqueles. Um caminho que arranca do pressuposto de que as reformas só serão verdadeiramente úteis e duradouras se contarem com o contributo de todos e não se basearem numa lógica de exclusão daqueles que pensam diferentemente de nós. Um caminho que valoriza o facto de as reformas só se justificarem se forem motivadas pela necessidade de encontrar novas e melhores soluções, e não pelo mero propósito de destruir aquilo que existe.

“o PSD quer e saberá trilhar (...) um caminho Um caminho que valoriza o facto de as reformas só se justificarem se forem motivadas pela necessidade de encontrar novas e melhores soluções, e não pelo mero propósito de destruir aquilo que existe.”

Dito de outra forma: a responsabilidade primeira de promover as transformações que são indispensáveis para permitir a Portugal enfrentar os desafios de um mundo globalizado é do Estado e, dentro deste, do Governo. E essa é uma tarefa inalienável e indelegável. Mas essas mudanças profundas só serão realizáveis, não apenas no texto das leis, mas igualmente na realidade concreta das coisas, se o Governo, na sua implementação, for capaz de escutar, de contar com os contributos diferenciados, de encorajar a participação daqueles que podem, com o seu contributo conhecedor e empenhado, incrementar as possibilidades de êxito dessas mesmas reformas.

Governar, para o PSD, também é isto. Não abdicar nunca da responsabilidade de decidir. Não claudicar nunca perante as dificuldades. Não hesitar nunca perante as várias opções em presença. Mas igualmente saber agir, não contra, mas com. Não desvalorizar desdenhosamente as opiniões dos outros. Não votar ao ostracismo aqueles que discordam de nós, só e apenas por esse singelo facto.

A nossa concepção reformista é, assim, indissociável da nossa profunda convicção democrática. De uma democracia não apenas proclamada, mas afirmada no quotidiano da intervenção política e da acção governativa. De uma democracia substantiva e não apenas formal. De uma democracia integral que só se constrói e fortifica no respeito da diversidade e na valorização da divergência. De uma democracia participativa que fortaleça o tipo de relacionamento que deve existir entre representantes e representados.

Guiar-nos-á, nessa medida, a preocupação de devolver à governação o sentido democrático. Não perseguindo aqueles que nos combatem politicamente. Não discriminando em função das opções partidárias. Não insistindo na ideia ridícula de que temos sempre razão, seja qual for a decisão, a matéria, o tempo ou a circunstância. Não agindo em função de uma ilegítima agenda escondida que subordine o interesse de todos aos desideratos de alguns.

Este é outro ponto central. Por isso insistimos na necessidade de fazer política com as pessoas em mente. Com o envolvimento das pessoas. Com respeito pelas pessoas. E a esse compromisso permaneceremos igualmente fiéis.

“Governar, para o PSD, também é isto.

Não abdicar nunca da responsabilidade de decidir.

Não claudicar nunca perante as dificuldades.

Não hesitar nunca perante as várias opções em presença.

Mas igualmente saber agir, não contra, mas com.

Não desvalorizar desdenhosamente as opiniões dos outros.

Não votar ao ostracismo aqueles que discordam de nós, só e apenas por esse singelo facto.”

“insistimos na necessidade de fazer política com as pessoas em mente. Com o envolvimento das pessoas. Com respeito pelas pessoas. E a esse compromisso permaneceremos igualmente fiéis.”

4. UM PORTUGAL AMBICIOSO

“É preciso romper com o impasse para que nos conduziram. É possível essa ruptura.”

“Acreditamos em Portugal. Mas também acreditamos que há outra forma, mais ética, mais eficiente, de fazer política. Com verdade, com seriedade, com dignidade. A pensar, apenas e em exclusivo, em Portugal como comunidade e no bem-estar de todos e de cada um dos Portugueses.”

Anos e anos de erros e de omissões colocaram o nosso País perante um problema central de viabilidade. Não, evidentemente, enquanto entidade formalmente independente e soberana, mas enquanto espaço económico autónomo. E, por causa disso, os Portugueses serão confrontados, nas próximas eleições legislativas, com opções determinantes, como a de saber se aceitam ou não, como fatalidade, o empobrecimento para que continuamente nos empurram as actuais políticas. Se aceitam ou não continuar com este caminho de engano e de ficção. Se aceitam ou não baixar os braços e hipotecar o seu futuro.

É evidente que insistir na mesma fórmula que nos trouxe ao ponto delicado em que nos encontramos nos conduziria, inevitavelmente, aos mesmos, senão a piores, resultados. Os problemas nacionais não se resolvem só porque se quer, ou porque se anuncia.

É preciso romper com o impasse para que nos conduziram. É possível essa ruptura. E há, nela, um sentido de urgência. Adoptando políticas inteligentes, que tenham efeitos imediatos e que ataquem, com firmeza e com seriedade, a crise que quotidianamente alastra. Dando prioridade aos que mais sofrem e respeitando, ao mesmo tempo, os direitos das gerações vindouras. Apostando numa visão arrojada e com horizontes temporais alargados.

Acreditamos em Portugal. Não estamos, enquanto Nação, condenados a perder, dia após dia, o desafio do futuro. Podemos construir um País mais moderno, mais justo e mais equitativo. E repeti-lo-emos tantas vezes quantas for necessário.

Mas também acreditamos que há outra forma, mais ética, mas também mais eficiente, de estar na política e de fazer política. Com verdade, com seriedade, com dignidade. A pensar, apenas e em exclusivo, em Portugal como comunidade e no bem-estar de todos e de cada um dos Portugueses.

Nas situações de maior delicadeza Portugal habituou-se a contar com o PSD. Com a nossa disponibilidade para servir. Com a seriedade do nosso esforço. Com a certeza dos nossos

propósitos. E daí que, como noutros momentos da nossa história democrática, os Portugueses olhem agora para nós com uma esperança renovada. Uma esperança que não podemos defraudar.

Por isso mesmo, é nosso dever oferecer-lhes uma alternativa, não apenas de governo mas, também, de objectivos, de políticas, de atitudes e de comportamentos. Uma alternativa de verdade e de seriedade. Que invista na dignidade das pessoas. Que acredite numa economia dinâmica e competitiva. Que aposte num País coeso e solidário. Que seja capaz de transformar Portugal.

É certo que muito daquilo que tem de ser feito não depende, em exclusivo, de nós. Mas não é menos verdade que a maior parte do que verdadeiramente importa está, em concreto, na nossa disponibilidade. Está ligado ao nosso desejo de nos ultrapassarmos a nós próprios. Ao nosso orgulho em afirmarmos aquilo que somos e queremos continuar a ser. À nossa rejeição do imobilismo, do conformismo, do cepticismo. À nossa vontade firme de deixarmos aos nossos filhos e aos nossos netos um País melhor do que aquele que a nós nos foi legado. Enfim, à capacidade que formos capazes de revelar para sermos ambiciosos.

A ambição é assim, a nosso ver, a ideia chave. É um Portugal ambicioso que o PSD quer ajudar a criar. Porque acreditamos nele. E porque um Portugal ambicioso é um Portugal que triunfará.

“é nosso dever oferecer (...) alternativa de verdade e de seriedade. Que invista na dignidade das pessoas. Que acredite numa economia dinâmica e competitiva. Que aposte num País coeso e solidário. Que seja capaz de transformar Portugal.”

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

AGOSTO 2009

“Dentro em breve, o PSD apresentará aos Portugueses o seu programa eleitoral. (...) Não podemos esquecer que as próximas eleições serão, em simultâneo, uma avaliação sobre o passado e um juízo sobre o futuro. (...) Este texto procura não só documentar com verdade os erros e os enormes equívocos da governação socialista, mas também reafirmar a diferença nos valores e nos princípios que irão sustentar a nossa governação.”

Manuela Ferreira Leite

